

A METRÓPOLE TROPICAL

Ivan Leski*

RESUMO: Este artigo é sobre a transferência da Real Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808. Ele analisa, através da leitura de alguns livros clássicos sobre o episódio, como a administração portuguesa transformou-se em monarquia após a independência do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: D. João, administração colonial portuguesa, política britânica, Rio de Janeiro.

ABSTRACT: This article is about the Portuguese Royal Court settlement in Rio de Janeiro, in 1808. It analyzes, through a reading of some classic books about that episode, how the Portuguese ruling turned into a monarchy after Brazilian independence.

KEYWORDS: D. João, Portuguese colonial rule, British policy, Rio de Janeiro

I

A transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808 foi, em realidade, o desfecho de um longo processo. Desde meados do século XVIII a idéia germinava nos gabinetes da administração metropolitana, devido à crescente importância econômica que a rica e imensa colônia sul-americana vinha adquirindo.

Ao final do século, em virtude de sua dependência político-econômica em relação à Inglaterra, Portugal possuía uma diminuta capacidade em lidar com as profundas transformações causadas pelas revoluções em curso nos dois lados do Atlântico: não conseguia inserir-se no modelo econômico da Revolução Industrial; seu regime absolutista, algo distante do perfil do despotismo esclarecido, temia os desdobramentos políticos da Revolução Francesa; e sua principal colônia, o Brasil, era bafejada pelos ventos da Revolução Americana.

Dona Maria I governou de forma absolutista, buscando na religião católica um antídoto às reformas iluministas, até ser afastada do governo devido a problemas mentais. Seu filho Dom João, ao assumir a regência do Reino, buscou como auxiliares alguns discípulos da chamada ilustração pombalina, tais como Dom Rodrigo de Souza Coutinho e Dom Thomaz Villa Nova Portugal.

Foi Dom Luís da Cunha (1662-1749) quem, ecoando o Padre Antonio Vieira, propôs a transferência da sede do Império Português de Lisboa para o Rio de Janeiro. Em sua obra *Ilustrações Políticas* ele argumenta que face as constantes ameaças de inva-

* Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação da FFLCH/USP.

são que Portugal sofria por parte da Espanha, o rei deveria pôr-se a salvo no ultramar, com a vantagem adicional de ficar toda a administração colonial a meio caminho das Índias e à porta d'África.

Muito mais letal para a Casa de Bragança que os espanhóis foram as tropas napoleônicas. O aprisionamento do Rei de Espanha, Fernando VII, em Baiona e o Tratado de Fontainebleau, dividindo o território de Portugal, não deixaram dúvidas sobre as intenções de Napoleão Bonaparte para com os países da Península Ibérica.

Para o Brasil a vinda da corte foi vantajosa. Melhorias urbanas foram realizadas no Rio de Janeiro; houve um aumento significativo do território com a anexação da Banda Oriental do Rio da Prata; o comércio emancipou-se com a abertura dos portos; a criação de uma imprensa régia possibilitou uma circulação mais ampla dos atos da administração; a criação de um banco organizou as incipientes finanças. Porém toda essa infra-estrutura criada para a manutenção da metrópole nos trópicos gerou a percepção de que o Brasil, assim como os Estados Unidos, poderia muito bem assenhorear-se de seus destinos. Ironicamente, a transferência da corte, que visava assegurar a manutenção do território brasileiro, iniciou o processo de independência, por sua vez possível apenas com a adesão de um membro da Casa de Bragança, dinastia que reinava no Brasil por 67 anos.

II

Portugal no século XVIII é uma potência de segunda classe, mas ainda uma potência, em virtude de seus amplos domínios ultramarinos. O desafio da classe dirigente portuguesa será manter-se afastada das contendas continentais travadas entre Inglaterra e França pela hegemonia política da Europa. Assim, no Reino de Portugal “é sobretudo no quadro de tensões que se seguem à Restauração de 1640, com a prolongada guerra para manter a independência recobrada, que a presença inglesa assume a forma característica que domina no século seguinte: a troca de aliança e mesmo proteção política por vantagens comerciais crescentes.”¹

A Inglaterra estava em vantagem com relação aos demais países europeus em virtude das mudanças decorridas durante a Revolução Gloriosa de 1688, que abriu caminho para as inovações da Revolução Industrial. Ultrapassada a fase mercantilista, sua economia necessitava de novos mercados para sua produção. Historicamente,

a influência britânica em Portugal constituía uma feição adquirida e já peculiar da política peninsular, datando o seu início do tempo das pelejas continentais dos reis de Inglaterra pelo trono de França, quando Dom João, o Mestre D'Aviz, desposou Dona Filipa de Lancastre. É muito sabido que sob os Bragança, durante o reinado de Dom Pedro II, essa influência (...) revelou-se decisivamente no tratado comercial de Methuen (...).²

¹ Fernando A. Novais. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), p 20

² Oliveira Lima. Dom João VI no Brasil, p 24

Desta forma, Portugal já estava (há muito) do lado inglês. O que complicava sua situação era que a Espanha, poderoso vizinho e rival ultramarino, não desperdiçava oportunidades de reverter o processo de separação das coroas ocorrido em 1640, com a ascensão da Casa de Bragança ao trono português. Problemas dinásticos na Espanha deram um certo fôlego a Portugal, que ao final do século XVII via firmada sua corte independente. Porém a situação na Península Ibérica tornar-se-ia problemática no início do século XVIII com a Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1713), já que

Inglaterra e Províncias Unidas (...) aliaram-se à Áustria para garantir a sucessão habsburguesa ao trono de Espanha e impedir que se consolidasse a candidatura do neto de Luís XIV. Portugal acabou por se alinhar desse lado. Terminada a longa e dura refrega, definem-se as posições: é reconhecido Felipe V Bourbon no trono espanhol – e dessa forma consolidada a aliança hispano-francesa, que havia durar até a Revolução (...).³

Ganhou assim Portugal dois potenciais inimigos a ameaçá-lo: Espanha e França.

Na verdade, “a guerra de Sucessão da Espanha fôra (...) uma confrontação pela hegemonia européia e ocidental; e a Inglaterra, que liderou a aliança anti-francesa e enfim dirigiu as negociações de paz, visava na contenda, antes de tudo, as possessões mediterrâneas espanholas e as colônias ultramarinas.”⁴ Situação assaz incômoda para Portugal, que a partir de então “procurou constantemente ceder no terreno das concessões comerciais a fim de manter a integridade territorial das colônias ultramarinas, sobretudo dos domínios da América.”⁵ Foi o que se denominou **política de neutralidade**.

Não havia escolha, pois “a amizade inglesa por tal forma representava um axioma necessário para os homens de Estado de Portugal que, nas negociações para a paz com a França, em 1801, o que eles mais a peito tiveram salvaguardar foi a neutralidade portuguesa, incompatível com qualquer hostilidade que pudesse ser testemunhada à Grã-Bretanha.”⁶ Mas “o equilíbrio era extremamente difícil, pois envolvia a manutenção da ligação com a Inglaterra (...) sem provocar desconfiança francesa.”⁷

Um novo complicador surge com o advento de Napoleão Bonaparte, no início do século XIX. A lógica expansionista francesa não poupará a Península Ibérica, rompendo a aliança com o regime absolutista espanhol de Carlos IV. A regência de Dom João, sucessor da demente Dona Maria I e casado com a filha primogênita do monarca espanhol, começa a sentir os gélidos ventos revolucionários que sopram da França. Se por um lado não teme uma agressão direta da parte de seu sogro, por outro vê agravar-se a situação na fronteira franco-espanhola: agora o ameaçado de invasão é o reino vizinho. Nesse intrincado quadro político,

³ Fernando Novais, Op cit, p 26

⁴ Idem, p 40

⁵ Idem, p 19

⁶ Oliveira Lima. Op cit, p 23

⁷ Fernando Novais. Op cit, p 28

foi manifesta a tendência predileta do príncipe regente de proceder de harmonia com a tradicional aliada (...).Nessa tendência o acompanhava sinceramente a mor porção de seus conselheiros.Apenas alguns homens de Estado, desgostosos com a palpável indiferença inglesa e seduzidos pelas reformas sociais, cujo espírito naquele momento a França simbolizava, inclinavam-se de preferência para um franco acordo com este país (...).Lafões, Correa da Serra, Seabra (...) representavam a corrente francesa; Balsemão, Ponte de Lima, os futuros condes de Linhares e Galvêas a costumada influência inglesa.⁸

Dom João equilibra-se no fio da navalha.Sua família, os Bragança, dona de vastos domínios no reino, assumira a coroa após a Restauração e, apesar dos percalços, a mantivera por mais de 160 anos.Com a mãe doente, mulher e filhos pequenos, na casa dos trinta, o que lhe reservava o futuro?Sua corte estava dividida entre dois partidos: o inglês e o francês.Ceder aos franceses seria colocar em risco, talvez num futuro bastante próximo, seus poderes absolutistas, tão zelosamente mantidos por Dona Maria I.Tomar o lado inglês seria o mais lógico, mas então aceitar-se-ia a guerra com a França e a possível perda das colônias no ultra-mar, herança valiosa que os reis de Portugal haviam transmitido aos sucessores por 300 anos.

Com o passar do tempo “as circunstâncias sinalizam para uma neutralidade ameaçada, e (...) o partido inglês não tem dúvidas de que Portugal não resistirá à invasão.”⁹ O partido francês começa a perder força, e expoentes da corrente anglófila, como Dom Rodrigo de Souza Coutinho, começam a pressionar o regente para que saia de Portugal, transferindo sua corte para o Brasil.

Seu principal argumento consistia em que o cerne da monarquia eram as colônias: suas minas de ouro, suas plantações de açúcar, as riquezas ainda inexploradas, guardadas nos confins de um vastíssimo território.Perdido o reino europeu, mas abrigada a corte no Brasil mais fácil seria recuperá-lo do que o oposto.O que seria de Portugal sem o Brasil?Apenas um pequeno reino sem importância, pois

os países ibéricos, perdida a posição de vanguarda e mesmo preponderância, reduzidos a estrelas de segunda grandeza e em determinados momentos envolvidos em perigosas depressões, conseguem não obstante preservar sua autonomia européia e manter seus extensos domínios ultramarinos – ainda mais extensos até o final do século XVIII – exatamente por causa da competição entre potências que ascendiam econômica e politicamente, Inglaterra e França.Vinculado à Inglaterra, que enfim sai vencedora da longa disputa, Portugal pôde mais que Espanha, aliada da França, atravessar a longa sucessão de tensões preservando seus domínios, entre os quais o Brasil é o núcleo essencial.Firmado nesta posição, sua política, era naturalmente, a da neutralidade; a proteção política da Inglaterra era paga com vantagens comerciais que alcançavam o mercado ultramarino, e de quanto menos proteção necessitasse menor o custo da tutela.Assim, no plano político internacional, a preservação do ultra-mar português se torna condição mesma da existência metropolitana; é sua moeda de garantia.Por isso, nas crises mais graves de que não se pôde eximir, a

⁸ Oliveira Lima. Op cit, p 28

⁹ Francisca L. Nogueira de Azevedo. Carlota Joaquina na Corte do Brasil, p. 30

metrópole lusitana optou sempre, ao fim e ao cabo, pela aliança inglesa que lhe defendia as colônias, inclusive para explorá-las em seguida – tal o círculo vicioso infernal da competição das potências. Naquelas crises em que Espanha se envolveu em razão de sua aliança francesa nos problemas europeus, tornando-se um perigo iminente pela tendência de refazer a união peninsular, Portugal é obrigado a apoiar-se no poderio inglês. Assim na luta de sucessão da Espanha, assim na Guerra dos Sete Anos quando já se cogita e mesmo prepara a mudança da Corte para o Brasil, assim na crise final do Antigo Regime que se manifesta, no nível das relações internacionais, nas guerras da Revolução e do Império napoleônico, quando esta solução extrema é enfim levada à prática.¹⁰

Por mais que Dom João hesitasse em ceder às pressões de Lord Strangford, representante diplomático britânico, e de parte de membro de sua administração no sentido de transferir a corte, Bonaparte apertava o torniquete: “em julho de 1807, o embaixador português em Paris recebe um ‘ultimato’, exigindo a quebra da neutralidade portuguesa e o rompimento das relações com a Inglaterra. Napoleão ordena o fechamento dos portos portugueses, a prisão dos ingleses residentes no país e o confisco dos seus bens.”¹¹ A estratégia lusitana é ganhar tempo: fecham-se casas de comércio e deportam-se alguns cidadãos britânicos; Lord Strangford embarca em uma fragata, que mantém-se ao largo da costa portuguesa. Porém, apesar de todas essas tentativas,

pelo Tratado de Fontainebleau (27 de outubro de 1807) dividira-se Portugal em três partes: o Entre-Douro e Minho, formando a Lusitânia Setentrional, cabiam à rainha regente da Etrúria em troca da Toscana; Alentejo e Algarves passavam para o Príncipe da Paz (...); Beira, Trás os Montes e Extremadura, o grosso do país, ficavam, tidas em seqüestro, para a dinastia de Bragança (...). Repartiam-se as colônias portuguesas entre a França e a Espanha, assumindo o rei da Espanha o título de Imperador das Duas Américas.¹²

Evidenciava-se assim, de forma clara, o descarado imperialismo do tirano corso e por isso, “um mês, dia por dia, depois de assinado o convênio de Fontainebleau, embarcava Dom João Carlos de Bragança para a América do Sul, a conselho do governo britânico e escoltadas as suas naus por navios britânicos.”¹³ A metrópole passava aos trópicos.

III

O lado de cá do Atlântico pasmado ficou com o inusitado acontecimento. Luiz Gonçalves dos Santos, o Padre Perereca, testemunha ocular dos fatos, conta-nos

que no dia 14 de janeiro de 1808 chega a este porto do Rio de Janeiro o brigue de guerra **Voador**, comandado pelo capitão de fragata Francisco Maximiliano de Souza, com o assombroso aviso de que os franceses tinham (...) entrado com formidável

¹⁰ Fernando Novais. Op cit, pp 54-55

¹¹ Francisca L. Nogueira de Azevedo. Op cit, p 55

¹² Oliveira Lima. Op cit, p 37

¹³ Idem, p 41

exército pela fronteira do Reino (...).Eu não sei explicar o assombro, a consternação, e o sentimento de todos por causa das desgraças da Mãe Pátria; (...) porém ao mesmo tempo mitigava, e suavizava a geral consternação o contentamento, que simultaneamente todos sentiam pela salvação de Sua Alteza, e da real família, e pela venturosa sorte, que nos coube de vermos brevemente o nosso amado príncipe, e que fosse a nossa cidade (...) escolhida por S. A. para assento de sua corte no Brasil.¹⁴

Se imaginarmos o acanhamento da sociedade na colônia possamos, talvez, dimensionar o tamanho do rebuliço, e da ansiedade, dos habitantes do Rio de Janeiro. Preparativos são ultimados, casas requisitadas, fortalezas caiadas, tropas ajeitadas; tudo, enfim, que pudesse proporcionar uma recepção condigna à corte. A população diariamente espreitava o mar, mas eis que

uma terrível tempestade havia separado parte da esquadra em que a noite de 9 de dezembro, no dia seguinte não se avistando uma da outra, tomaram diferentes rumos (...).Com efeito, no dia 21 de janeiro parte da real esquadra portuguesa, e uma nau inglesa, de quatro, que reforçavam as nossas, entraram na grande, e formosa, Baía de Todos os Santos (...).Com razão aquela, em outro tempo capital da América Portuguesa, (...) devia ser a primeira, que tivesse a honra de ver o seu soberano, e de lhe prestar as primícias do respeito, vassalagem, e amor de todo o Brasil; e justamente a gloriosa primazia de nela lançar o Príncipe Regente Nosso Senhor a pedra fundamental do novo Império, que vinha levantar na América Meridional.¹⁵

Interessante notar como o autor, evitando falar em fuga frente a uma invasão estrangeira, acaba por desvendar aquele que nos parece era o projeto de Dom João; criar uma metrópole nos trópicos.

Dois meses ficou o Príncipe Regente em Salvador antes de seguir viagem para o Rio de Janeiro. “Com efeito, apenas, ao romper do feliz, e sempre memorável dia 7 de março, se fizeram da barra os sinais determinados, anunciando a chegada da real esquadra, toda a cidade, concebendo o maior e mais vivo contentamento, se pôs logo em alvoroço, movimento e confusão.”¹⁶ Testemunha o Padre Perereca que

eram duas para três horas da tarde, a qual estava muito fresca, bela, e aprazível neste para sempre memorável dia 7 de março, que desde a aurora o sol nos havia anunciado como o mais ditoso para o Brasil; (...) e já pela barra vinha entrando com majestosa ufanía a nau Príncipe Real, seguida de todas as outras; e de novo começou a estrondar o ar com as alegres, e repetidas salvas das fortalezas e navios de guerra (...).¹⁷

Vinham nos navios além de Dom João, a Rainha de Portugal, Dona Maria I, a Princesa do Brasil, Dona Carlota Joaquina, e toda a família real.

Não desembarcaram, porém, de imediato. Foram as autoridades coloniais, encabeçadas pelo Vice-Rei, Dom Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, a beijar

¹⁴ Padre Perereca. Memórias para servir à História do Reino no Brasil, volume I, pp 197-198

¹⁵ Idem, pp 200-201

¹⁶ Idem, p 207

¹⁷ Idem, p 208

as mãos de seu suserano. Acertou-se então o desembarque para o dia seguinte, já que Dom João desejava caminhar do porto até a Catedral para ali render graças. E quando

finalmente amanheceu o suspirado dia 8 de março, tão claro e formoso como o antecedente: e, estando as coisas dispostas para a recepção de Suas Altezas, pelas quatro horas da mais bela e serena tarde, por entre repetidas, e alegres salvas das naus portuguesas, e inglesas, e por entre vivas, que os respectivos marinheiros, postos em parada sobre as vergas, davam em altos gritos, desceu o Príncipe Regente Nosso Senhor da nau **Príncipe Real**, que o conduzira, e se meteu no bergantim com a sereníssima senhora Princesa do Brasil, e com os sereníssimos senhores Príncipe da Beira, infantes e infantas (...) Todo o imenso povo, que bordava o cais, e as praias vizinhas, estava, como extático, com os olhos fixos no real bergantim, e no maior silêncio; mas logo que o mesmo real bergantim passava pela frente da Fortaleza da Ilha das Cobras, e que esta começou a salvar com sua artilharia a Sua Alteza Real, no que foi imitada pelas demais fortalezas, imediatamente rompeu o povo (...) em altos vivas, acompanhados dos repiques dos sinos do Colégio, e de muitos fogos do ar, que dali se soltaram: entretanto chegou o real bergantim à rampa do cais, e logo que o Príncipe Regente Nosso Senhor pôs o pé em terra: Ah! como poderei descrever o que tive a fortuna de testemunhar neste ditoso momento? Centenas de fogos subiram ao mesmo tempo ao ar: rompeu imediatamente um clamor de vivas sobre vivas; os alegres repiques dos sinos, e os sons dos tambores, e dos instrumentos músicos, misturados com o estrondo das salvas, estrépito dos foguetes e aplausos do povo, faziam uma estrondosa confusão tão magnífica, majestosa, e arrebatadora, que parecia coisa sobrenatural, e maravilhosa.¹⁸

Instalada a corte, dava-se início ao governo. A primeira medida de impacto fora tomada ainda em Salvador, pois foi “nesta ilustre cidade da Bahia, que S. A. R., pela memorável carta-régia de 28 de janeiro de 1808, dirigida ao distinto governador, Conde da Ponte, abolindo o velho sistema colonial, concedeu aos brasileiros o comércio franco com todas as nações estrangeiras (...) abrindo-lhes aos seus navios os principais portos do Brasil.”¹⁹ De fato estava para sempre sepultado o pacto colonial, já que “a carta-régia de 28 de janeiro de 1808 abriu os portos do Brasil a todas as importações de fora realizadas diretamente, sujeitas ao pagamento de direitos alfandegários no valor de 24 por cento, sem distinção dos navios nacionais ou estrangeiros em que fossem transportadas.”²⁰ Posteriormente, foram legalizadas todas as manufaturas, cujos proprietários poderiam ser também estrangeiros. O Brasil foi muito favorecido pelo embargo imposto por Napoleão à Inglaterra, pois tornou-se fornecedor de algodão, fumo e arroz. Já o açúcar ia, agora, diretamente para os portos britânicos, abastecendo a florescente indústria inglesa dos licores.

Fácil não era a tarefa de Dom João. Outra testemunha ocular do período, foi o comerciante inglês John Luccock, chegado ao Rio de Janeiro em 1810. Segundo ele, “o Príncipe Regente tem sido várias vezes acusado de apatia; a mim, pareceu-me ele possuir maior sensibilidade e energia de caráter do que em geral tanto amigos como

¹⁸ Idem, pp 210-211

¹⁹ Idem, p 202

²⁰ Oliveira Lima. Op cit, p 136

adversários costumam atribuir-lhe. Achava-se colocado dentro de circunstâncias novas e próprias para pô-lo à prova, curvando-se ante elas com paciência; se incitado, agia com vigor e presteza.”²² Vivia ele em companhia da mãe e da esposa, além da tia, Dona Mariana, irmã de Dona Maria I, e da cunhada, a viúva Dona Francisca Benedita; “além destes personagens reais, a família do Regente consistia ainda de mais sete crianças e de um parente da Espanha, Dom Carlos de Bourbon. Todos estes, no total de treze, que acrescidos com seus respectivos séquitos ia a cerca de trezentos, viviam atrancados numa habitação miserável para um rei, embora dignificada com o nome de palácio.”²³ Especula ainda Luccock que, estivesse a Rainha na plena posse de suas faculdades mentais e fosse o Regente dotado e uma sensibilidade mais fina, que a mudança com todos os seus inconvenientes teria sido imensamente mais aflitiva para ambos. Na realidade ele verificou que a realeza não protege contra a desgraça; sofreu como homem e como homem de bem.”²⁴

Não obstante,

em ocasiões várias tinha-se o Regente apresentado confiantemente em meio ao povo. (...) Cuidara atentamente da direção da política, nomeando alguns excelentes funcionários e promovendo diversos brasileiros a postos de honra e confiança. Agradara às tropas, tratando-as com atenção e comparecendo a revistas. Dispensava grande consideração pelo povo, procurando fazer com que compreendesse a sua nova importância dentro do Estado.²⁵

Isso explica a grande popularidade de Dom João, e demonstra sua intenção de criar condições para um verdadeiro desenvolvimento do Brasil, valorizando os talentos naturais da terra. Para uma compreensão mais acurada, estudemos sua política interna e posteriormente sua política externa. Assim,

se traçarmos um quadro cronológico do alto pessoal governativo que rodeou Dom João VI no Brasil e formou os seus reduzidos gabinetes de três ministros para seis pastas, veremos que coincidem os característicos das fases com que as diferentes influências individuais que preponderaram na corte do Rio de Janeiro entre 1808 e 1821. Os quatro primeiros anos, de 1808 a 1812, pertencem decididamente a Linhares e à sua febril atividade reformadora. Os anos imediatos são anos de relaxamento, de descanso após a lufa-lufa das mudanças administrativas, judiciárias e sociais. Cabem a Aguiar (...) e a Galvêas (...). Os três anos seguintes, 1814 a 1817, assinalados na Europa pela queda de Napoleão, restauração dos Bourbons e implantação da Santa Aliança (...), são entretanto os da volta ao poder do Conde da Barca, tão acoimado de francês. (...) Os anos restantes do reinado americano de Dom João VI são dominados pela figura e política de desembargador de Thomaz Antonio Villa Nova Portugal, versado em jurisprudência, versado em economia política, credor de toda a estima, porém

²¹ John Luccock, *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*, p 64

²² *Idem*, p 65

²³ *Idem*, p 67

²⁴ *Idem*, p 163

inferior às circunstâncias com que tinha de arcar, pessoalmente honestíssimo mas explorado pela roda que o incensava, e de um portuguesismo intransigente.²⁵

Não é possível separar as reformas introduzidas no Brasil após 1808 da figura de Dom Rodrigo de Souza Coutinho (1755 – 1812). Ainda em Portugal era um dos principais membros do partido inglês, o que explica seu empenho na transferência da monarquia. Era afilhado do Marquês de Pombal, e seguidor de suas idéias. Dom Rodrigo fazia parte daquele grupo de cortesãos muito comum na Europa no último quartel do século XVIII: o dos que desejavam mudanças na administração sem contudo alterar o poder absoluto das monarquias. Pensava-se que seria mais fácil para um monarca com plenos poderes limitar os direitos feudais da nobreza, dando mais espaço político à burguesia, como fazia a corte britânica. Por isso, “passava Dom Rodrigo, com razão pelo principal e corifeu do partido inglês, formando com Barca e Palmela, cada um no seu campo, a trindade dos mais distintos homens de Estado portugueses do primeiro quartel do século XIX.”²⁶

Para um iluminista como Dom Rodrigo, agraciado com o título de Conde de Linhares em 1808 e nomeado ministro, o Brasil se oferecia como um campo de provas para seus experimentos reformistas. Mas, “o pior é que dos excelentes planos de Dom Rodrigo nem a décima parte se executava (...) porque lhes era o meio hostil, por excesso de apatia, natural e voluntária. Em redor do Príncipe, na nova como na antiga corte, escasseavam os homens de entendimento e honestidade. No Rio de Janeiro pululava um mundo de ineptos e parasitas.”²⁷ Sua índole pouco prática, aliada a sua morte prematura não permitiu reformas profundas, porém, “pode dizer-se que depois do ministério de Linhares, por efeito da sua iniciativa, é que as comunicações regulares por via de terra se estenderam no Brasil, na direção leste-oeste, de Cabo Frio a Vila Bela, e na direção norte-sul, do Espírito Santo ao Rio Grande.”²⁸ Apesar de tudo a colônia prosperava.

Dom João VI era um monarca absoluto. Governava de maneira branda, mas com mão de ferro. Todo o poder emanava dele, e só dele. Mas se apenas o rei governava, era necessário

que este rei tivesse algum valor para que, preponderando no seu conselho ora ministro enérgico e inovador como Linhares, ora um indiferente libertino como Galvêas, ora um diletante intelectual e político de horizontes largos como Barca, ora um espírito acanhado e rotineiro como Aguiar, ora um homem de lei apegado às praxes forenses

²⁵ Oliveira Lima. Op cit, pp 150-151. O Conde de Linhares é Dom Rodrigo de Souza Coutinho. Fernando José de Portugal e Castro foi primeiro Conde e segundo Marquês de Aguiar; governou a Bahia de 1788 a 1801 sendo em seguida nomeado Vice-Rei do Brasil de 1801 a 1806; nasceu em Lisboa em 1752, lá se achava quando do traslado da corte, que acompanhou; faleceu no Rio de Janeiro em 1817. Antonio de Araújo de Azevedo, muito embora tenha sido um dos expoentes do partido francês, acompanhou Dom João na vida ao Brasil; reabilitado após o Congresso de Viena, em 1814, foi agraciado com o título de Conde da Barca em 1815; nasceu em Ponte de Lima em 1754 e faleceu no Rio de Janeiro em 1817. Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal era membro da facção absolutista da corte; retornou com Dom João VI a Portugal e lá, após a vitória dos liberais, morreu na miséria; nasceu em Lisboa em 1755 e lá faleceu em 1839.

²⁶ Oliveira Lima. Op cit, p 123. Falaremos do Conde de Palmela mais adiante.

²⁷ Idem, p 132

²⁸ Idem, p 150

e de curta visão diplomática como Thomaz Antônio, o progresso se mantivesse numa escala apreciável, denunciando uma ação mais ou menos constante, mais ou menos vigorosa, porém uma e direta sobre a marcha que tomavam os acontecimentos.²⁹

As melhorias introduzidas no Brasil eram evidentes, conforme opiniões coevas. John Armitage, inglês que trabalhou no comércio do Rio de Janeiro, conta que em 1808,

um decreto datado de 28 de janeiro já havia franqueado os portos do Brasil às nações estrangeiras, e em 21 de outubro do mesmo ano se organizou um banco nacional no Rio de Janeiro. Criaram-se logo os principais tribunais para administração das finanças e da justiça; promulgou-se um decreto permitindo livre exercício de toda espécie de indústria; instituíram-se várias repartições de segunda ordem para regularizar o comércio (...), e finalmente estabeleceu-se a Imprensa Régia. Fundaram-se uma Academia Militar e outra de Cirurgia; abriram-se ao público as portas da Biblioteca Real, que continha 60 mil volumes; (...) formou-se um Instituto Nacional de que eram membros homens da maior ilustração literária e científica (...).³⁰

Além disso, “reformaram-se a polícia, a tropa de linha e a milícia; melhorou-se o armamento; aumentaram-se as fortificações das fronteiras, e aprofundou-se pelo estudo o conhecimento do terreno de embate eventual das forças militares.”³¹ Foi também introduzido o plantio de especiarias da Índia, tais como canela, cravo, pimenta e noz-moscada; também o chá foi plantado em algumas terras altas do Rio de Janeiro. Por volta de 1813, reconhecia John Luccock que

No período que decorreu desde a chegada da Rainha, notaram-se consideráveis progressos para a situação mais favorável da capital do Brasil (...). Acrescentaram-se ruas novas à cidade e fundaram-se novos mercados (...). As casas fizeram-se mais generalizadas e simetricamente caiadas e pintadas (...). As estradas foram alargadas em várias direções ao mesmo tempo que limpadas de mato e outros quejandos estorvos (...). Na corte começou a aparecer alguma semelhança para com a magnificência das européias (...). A nobreza local fez-se mais atenta ao bom-gosto e propriedade das suas maneiras de vestir, introduzindo-se librés de gala semelhantes às de Lisboa.³²

O ápice dessa política de melhoramentos, ou sua conseqüência, foi a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves, por lei de 16 de dezembro de 1815. Fruto, segundo alguns, de conversas de Dom Pedro de Souza e Holstein, representante português no Congresso e Viena, com o francês Talleyrand. Para Oliveira Lima, “a elevação do Brasil foi uma hábil e eloqüente resposta de Dom João VI às instâncias feitas pelas potências coligadas para que, cimentada a paz geral, regressasse a corte para Portugal (...).”³³ Foi uma medida ousada, que desagradou os portugueses, sinalizando com uma permanência indefinida da corte nos trópicos, e que vinha também sepultar de uma vez por todas a possibilidade do Brasil voltar a ser uma colônia.

²⁹ Idem, p 152

³⁰ John Armitage. História do Brasil, p 32

³¹ Oliveira Lima. Op cit, p 143

³² John Luccock. Op cit, pp 162-163

³³ Oliveira Lima. Op cit, p 346

Em termos de política externa,

o reinado brasileiro de Dom João VI foi o único período de imperialismo consciente que registra a nossa história, pois que o império conquistado além dos limites convencionais de Tordesilhas pelos bandeirantes paulistas e outros animosos aventureiros, foi incorporado instintivamente (...) como resultado inconsciente de suas arriscadas e gananciosas explorações. Em tempo do Brasil-Reino porém, contando-o desde 1808, foram anexadas de propósito deliberado a Guiana Francesa (...) e a Cisplatina (...).³⁴

A diplomacia do período teve duas frentes: uma local, sul-americana, e outra européia. A primeira ficou a cargo dos seguidos gabinetes instalados no Rio de Janeiro, a segunda foi coordenada pelo Conde de Palmela.

Dom Pedro de Souza e Holstein (1781 – 1850) nasceu em Turim, filho de diplomata. Seguiu a carreira paterna e era o mais jovem entre os homens de Estado de Dom João. Assim como Dom Rodrigo de Souza Coutinho, era simpatizante da Inglaterra. Foi agraciado em 1812 com o título de Conde de Palmela. Sua primeira missão relevante foi defender, junto às cortes de Espanha os direitos de Dona Carlota Joaquina ao trono espanhol. Tal episódio ficou conhecido como as intrigas platinas.

Chegando são e salva ao Brasil e tomando conhecimento de que seu irmão, Fernando VII, rei de Espanha após a abdicação do pai, Carlos IV, fora aprisionado por Napoleão Bonaparte em Baiona, Dona Carlota Joaquina intentou tornar-se Regente das colônias espanholas na América. Segundo Oliveira Lima,

As intrigas platinas foram uma realidade. É inquestionável que Dona Carlota Joaquina procurou assiduamente captar a boa vontade das colônias espanholas; (...) iniciou uma copiosa correspondência com autoridades e pessoas influentes não só de Buenos Aires como Montevidéu, Chile, Peru e até México; que sustentou essa propaganda epistolar nos anos de 1808 e 1809 particularmente, sob pretexto de zelar os interesses de sua casa reinante, efetivamente os seus próprios (...).³⁵

Com a imposição de José Bonaparte como rei da Espanha os principais cabildos da América Espanhola declararam-se livres de vassalagem, alguns mantendo-se fiéis ao rei prisioneiro e outros propondo a independência republicana. Foi esse vácuo que Dona Carlota Joaquina procurou ocupar. Entre as razões de seu fracasso estão o modo que as elites nascidas nas colônias (os criollos) nutriam de serem anexados a um império luso-brasileiro e aos interesses britânicos na independência dos vice-reinos americanos, com os quais desejavam manter relações comerciais.

Os desdobramentos da questão levaram à invasão de Montevidéu, já que

a guerra se impunha por motivos vários. No sul, não querendo Portugal ver restaurada e íntegra a soberania da Espanha, nem contagiada pela revolução a sua

³⁴ Idem, p 285

³⁵ Idem, p 193. Para um estudo mais aprofundado das intrigas platinas recomenda-se o livro de Francisca Nogueira de Azevedo, Carlota Joaquina na Corte do Brasil.

capitania do Rio Grande (...) só lhe restava dominar direta e eficazmente no Prata (...), anexando a Cisplatina e desmembrando as Províncias Unidas. A tomada de Caiena, com a conseqüente ocupação da Guiana Francesa, foi um feito mais de brilho, ou melhor mais de natureza a produzir efeito, do que de real importância pelos seus efeitos duradouros.³⁶

Muito embora a entrega de Caiena tenha sido negociada por Palmela no Congresso de Viena, em 1814, em troca da devolução da cidade portuguesa de Olivença, tomada pela Espanha em 1801, durante a chamada Guerra das Laranjas, a efetiva desocupação da Guiana Francesa só ocorreu em 1817. Quanto aos problemas com as fronteiras ao sul, estes só foram resolvidos em definitivo após a guerra travada por Brasil e Argentina entre 1825 e 1828, que resultou na criação da República Oriental do Uruguai.

IV

A metrópole europeia em terras sul-americanas estava eivada de contradições, que foram sendo agravadas com o caráter permanente que ela parecia tomar. Assim, as “as leis decretadas por Dom João VI, embora contribuíssem para liquidar o sistema colonial, não foram capazes de modificar todo o sistema, e nem mesmo tinham a intenção; daí a persistência de privilégios e monopólios.”³⁷ E na medida em que tais privilégios e monopólios concentravam-se nas mãos de portugueses e ingleses, crescia um sentimento de insatisfação entre os naturais da terra, já que

a necessidade crescente de produtos tropicais no mercado internacional tornara insustentável, desde a abertura dos portos, a persistência de restrições coloniais que entravavam a produção. (...) As modificações introduzidas no Rio tardavam a ser estendidas a todo o país, e as províncias mais prósperas e representativas insurgiam-se contra a persistência do sistema colonial.³⁸

Mas, por outro lado, “a abertura dos portos despertou manifestações de desagrado dos que até então usufruíam do monopólio do comércio: comerciantes e produtores portugueses. Argumentavam estes que (...) a navegação nacional e a indústria seriam aniquiladas, com prejuízo tanto para metrópole quanto para a colônia. Ambas teriam arruinadas suas fábricas e empobrecido o seu povo.”³⁹

Entre aqueles que poderiam valer-se de tal situação, ou seja, os liberais brasileiros, havia problemas de ordem, digamos, conceitual. Na verdade,

a escravidão constituía o limite do liberalismo no Brasil. (...) Entre o direito que tinham os escravos de ser livres e o direito de propriedade que se arrogavam os senhores, a Revolução optava por este. (...) Já por ocasião da Inconfidência Mineira houve quem ponderasse as dificuldades de fazer uma revolução numa terra em que

³⁶ Oliveira Lima. Op cit, p 289

³⁷ Emília Viotti da Costa. “Introdução ao Estudo da Emancipação Política” in VVAA. Brasil em Perspectiva, p 82

³⁸ Idem, p 83

³⁹ Idem, p 81

o número de pretos e escravos era superior ao de brancos livres. Corria-se o risco de um levante geral.⁴⁰

E este poderia assemelhar-se ao de Toussaint Louverture, ocorrido no Haiti na última década do século XVIII, que assassinou os habitantes brancos da ilha caribenha. Se um levante contra os portugueses só pudesse ser bem sucedido com a participação do elemento servil, ou seja, com escravos armados, os brancos da colônia não tinham dúvidas de que este era um preço muito alto a ser pago.

Todos esses problemas ficaram expostos quando, em 6 de março de 1817, eclodiu a Revolução Pernambucana. Entre suas causas podemos apontar a perda de prestígio da província açucareira com a concentração de poderes decisórios no Rio de Janeiro; o aumento dos preços causado pela escassez de alimentos provocada pela invasão da Banda Oriental do Prata, devido a necessidade do abastecimento das tropas; os impostos para financiar as campanhas militares; a impossibilidade dos naturais da terra ascenderem no exército além do posto de capitão.

O estopim da revolta foi o atraso do soldo. Foi proclamada a República e instaurada uma junta governativa. Mas,

a Revolução apresentou-se contudo com suas vestimentas usuais de indisciplina, desordem e violência. Sua estréia foi o homicídio de militares de graduação por oficiais subalternos e, para sustentar-se, se bem que a perfilhassem e favoneassem o clero nutrido de idéias francesas e a aristocracia territorial túrgida de orgulho de nascimento e de sentimento bairrista, tinha ela de tornar-se demagógica e, na falta de outro povo, apelar para a plebe de cor.⁴¹

A reação monárquica não tardou, e

Quando o corpo expedicionário de Luiz do Rego, de quase 3.000 homens, embarcou a 30 de abril juntamente com muitos voluntários das milícias, formando com gente da Bahia, Sergipe e Alagoas um total aproximado de 8.000 homens (...) o desânimo reinava sem partilha na província rebelde. (...) Perdera-se de vista o lado teórico; sumira-se o idealismo da Revolução. Ninguém mais cogitava dos princípios liberais, das leis reformadoras: o essencial era a salvação de cada um. (...) A Revolução Pernambucana foi derrubada pelos próprios elementos conservadores e até populares da capitania, antes de que se dar a intervenção de fora, (...)

No Rio de Janeiro a notícia da sufocação do movimento foi acolhida com foguetes, repiques de sinos e iluminações gerais (...). No momento de espalhar-se o feliz boato, dessa vez verdadeiro, 400 a 600 pessoas da corte ocorreram a felicitar o monarca pelo restabelecimento de sua autoridade, pejando os salões de São Cristóvão. Tão satisfeito ficou o rei (...) quão pesaroso (...) pela dura necessidade a que se via exposto de ter que mandar executar os cabeças da revolução. O sentimento não parece destituído de sinceridade, pois que a rigidez com que procedeu Luiz de Rego, em desacordo com o espírito das ordens que recebera, mais tarde desagradou o soberano.⁴²

⁴⁰ Idem, pp 92-95

⁴¹ Oliveira Lima. Op cit, p 503

⁴² Idem, pp 512-515

Apesar do fracasso, a Revolução Pernambucana, dentre os movimentos separatistas que pulularam na colônia, foi o que conseguiu ir mais longe. Se não, vejamos: depôs o governador da capitania; formou uma junta de governo; matou oficiais e marinheiros portugueses; apoderou-se de navios e tentou obter apoio externo dos Estados Unidos e da Inglaterra. Porque não obteve sucesso? Afora alguns problemas circunstanciais, que não pretendemos analisar neste estudo, haviam obstáculos estruturais difíceis de serem superados. Na verdade,

Liberalismo e Nacionalismo expressavam na Europa as aspirações da burguesia interessada em organizar a sociedade em bases novas, empenhada em rever os valores tradicionais, em atacar os privilégios da nobreza e do clero, o poder absoluto dos reis e organizar o Estado de forma a ter o seu controle direto. Era de seu interesse eliminar definitivamente as barreiras que impossibilitavam o desenvolvimento de uma economia nacional integrada e, por isso, opunham a fidelidade a nação à fidelidade ao Rei. A afirmação dos Direitos do Homem – o direito de propriedade, liberdade, igualdade de todos perante a lei, de representação, de participação nas decisões fundamentais do governo – vinham satisfazer plenamente seus interesses e objetivos. Da mesma forma se explica o anticlericalismo típico do pensamento burguês nesta fase. Na medida em que a Religião e a Igreja estavam ligadas à ordem tradicional e à Realeza, a luta contra o poder absoluto dos reis era também uma luta contra a Igreja. Para a burguesia européia, a organização de um estado liberal, nacional e laico era uma necessidade.⁴³

Já nestes tristes trópicos a situação era um pouco diferente. Primeiro, não havia burguesia. A economia baseava-se nas grandes propriedades agrícolas e na extração das minas de ouro e diamantes; o comércio estava nas mãos de portugueses, pois era concessão da coroa; a carreira de funcionário da administração dependia, basicamente, de relações pessoais dentro da corte. Não existia uma economia nacional, ou melhor, não existia o nacional, mas antes o provincial. Prova disso era que os representantes do Brasil eleitos às Cortes, em 1821, apresentavam-se como deputados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, etc. As diferenças regionais eram muito grandes. Os Direitos do Homem esbarravam sempre na questão dos escravos. Mesmo quem se posicionava contra a escravidão não achava uma saída politicamente viável a curto prazo. E, verdade seja dita, os Estados Unidos também não tinham abolido a escravatura, argumento de peso em favor dos escravistas. Uma parte significativa da elite ilustrada da colônia era formada por clérigos, insatisfeitos com o poder real sobre as ordens religiosas. Em Portugal, a união entre o Altar e o Trono dava ao último o direito e receber os dízimos devidos ao primeiro, distribuindo então o dinheiro entre as paróquias, privilegiando umas em detrimento de outras. Pensar um Estado liberal, nacional e laico nessas circunstâncias era um tanto quanto complicado. Em **Terra Brasilis**,

A Revolução apresentava-se sob formas diversas, quando não contraditórias. Para os escravos a idéia de revolução aparecia como uma promessa de emancipação, promessa que os senhores não estavam dispostos a fazer. Para a população miserável, composta de negros e mulatos livres, vivendo em núcleos urbanos (...) a Revolução continha a promessa de eliminar as barreiras de cor e de realizar a igualdade econômica e social, o que evidentemente provocava horror aos brancos (...).⁴⁴

⁴³ Emília Viotti da Costa. Op cit, p 90

⁴⁴ Idem, p 99

Todos estes paradoxos, apesar de não impedirem a emancipação política do Brasil, levaram à criação da única monarquia nas Américas. Analisar a articulação política que pôs fim ao reinado americano de Dom João VI, a metrópole tropical, e permitiu a coroação de seu filho com o título de Imperador do Brasil foge aos nossos propósitos. Foi nossa intenção examinar como a permanência da corte criou um ambiente propício à independência, mas com a manutenção da estrutura vigente. Basta lembrar que o Brasil já nasceu escravista e dependente da Inglaterra, ou seja, desigual e subalterno. Talvez daí a nossa capacidade de, através dos tempos, mimetizar o Príncipe de Lampedusa: tudo mudar para que tudo fique como sempre foi.

REFERÊNCIAS

- ARMITAGE, João. *História do Brasil: Desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de Dom Pedro I, em 1831*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CUNHA, Dom Luís da. *Instruções Políticas*; introdução, estudo e edição de Abílio Diniz Silva. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 4ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Dom João VI no Brasil*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- SANTOS, Luís Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*, volume I. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943.
- SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992.
- VAINFAS, Ronaldo (direção). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- VVAA. *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971 (3ª. Edição).
- VVAA. *Novo Dicionário de História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1970.